



Estado: Bastonário Técnicos de Contas diz que é necessária legislação "muito transparente" para cargos públicos (C/ ÁUDIO)



Número de Documento: 13213055

Funchal, Portugal 17/10/2011 15:05 (LUSA)

Temas: Economia, Negócios e Finanças, Política, Governos regionais

*** Serviço áudio disponível em www.lusa.pt ***

Funchal, 17 out (Lusa) – O bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas defendeu hoje que o país necessita de legislação “muito transparente” para responsabilizar titulares de cargos públicos e de um “abano” na organização do Estado.

“O nosso país precisa de um abano muito forte na organização e precisa de um abano muito forte noutra questão muito simples: precisa de uma legislação muito transparente sobre a responsabilização do desempenho de funções públicas”, afirmou Domingues de Azevedo, que hoje participou, no Funchal, no ciclo de conferências “Portugal, a soma das partes”.

Considerando que o país tem um “sistema permissivo”, o bastonário questionou “qual foi o dirigente público até hoje que fosse preso por ter tomado opções erradas, por ter abusado da gestão, por ter conduzido o erário público a situações incontornáveis, nas câmaras municipais, nas empresas municipais, nos governos regionais?”. E respondeu de imediato: “Zero”.

Para o responsável, esta situação tem uma explicação: “Sentem, exatamente em Portugal, uma espécie de impunidade de tudo isto, mas esquecemo-nos de uma coisa, é que esses desvarios destes dirigentes são, em última instância, pagos pelos cidadãos”.

“Por isso, a primeira coisa que é importante em Portugal aparecer é um quadro normativo do exercício das funções públicas, de responsabilização dos dirigentes e de alguns meios também de proteção desses dirigentes quanto às opções que tomam”, considerou Domingues de Azevedo, exemplificando com a sujeição das “opções mais arriscadas aos ministros da tutela”.

Reconhecendo que já existe uma Lei de Responsabilidade dos Titulares de Cargos Políticos, o bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas salientou, contudo, que a responsabilização não pode ser, apenas, contraordenacional.

“Tem de ser responsabilidade criminal e civil, aí sim as coisas poderão ser diferentes”, sustentou, referindo que a responsabilização política compete aos eleitores.

Insistindo na “transparência da vida pública”, Domingues Azevedo preconiza, ainda, a necessidade de o Estado “repensar, de imediato, toda a sua estrutura organizacional”.

Sobre o futuro Governo da Madeira, Domingues de Azevedo admitiu que "vai ter imensas dificuldades", acrescentando, a propósito da dívida da região, que, no continente, existem "situações piores" que a do arquipélago, apontando o setor público empresarial do Estado.

"Evidentemente que não posso dizer que o Governo Regional da Madeira - que tem 6 mil milhões de euros - é um demónio e que todos os outros no continente são um anjos, esse discurso é hipócrita, desfasado da realidade e tendencioso", declarou, condenando os "desvios", quer na região, como no continente.

SYR.

Lusa/Fim